



09 DE NOVEMBRO DE 2017

Quinta-feira

- DIVIDIDOS, SINDICATOS MARCAM PROTESTO CONTRA REFORMA TRABALHISTA NESTA SEXTA
- CONTRA A REFORMA TRABALHISTA, CENTRAIS SINDICAIS VÃO PROTESTAR NA SEXTA-FEIRA (10)
- ESPECIALISTAS DETALHAM RELAÇÃO DE TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS A PARTIR DA REFORMA
- TRIBUTAÇÃO MAIOR SOBRE EMPRESAS FICA MAIS DISTANTE
- R\$ 1 MI EM EMPRÉSTIMOS A 0,5% AO MÊS
- MELHORA NA INDÚSTRIA DE SP É CONCENTRADA EM ALGUMAS ATIVIDADES, DIZ IBGE
- ENTREVISTA: FINTECHS, AS STARTUPS DE SERVIÇOS FINANCEIROS, VIERAM PARA FICAR
- LABORATÓRIO DE COMPETITIVIDADE VAI APONTAR CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA NACIONAL
- MARCOS PEREIRA: ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS CUMPREM PAPEL DE DESTAQUE NA GERAÇÃO DE EMPREGOS
- CAMEX LANÇA CONSULTA PÚBLICA SOBRE REGULAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR
- ILAN: PERSPECTIVA BENIGNA DE ECONOMIA A EMERGENTES NÃO DURARÁ PARA SEMPRE
- CÂMARA CHAMA MINISTRO DO TRABALHO PARA EXPLICAR PORTARIA SOBRE TRABALHO ESCRAVO
- JUÍZES DO TRABALHO FAZEM ATO EM SÃO PAULO PARA DEMONSTRAR FORÇA
- PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO VAI INJETAR R\$ 11 BILHÕES NA ECONOMIA DO PARANÁ

- BOLSA SOBE 2,7% APÓS GOVERNO REITERAR COMPROMISSO COM PREVIDÊNCIA
- TARIFA PODE SUBIR ATÉ 3% COM VENDA DA ELETROBRÁS
- FGV: IPC-S ACELERA EM 5 DAS 7 CAPITAIS AVALIADAS NA 1ª QUADRISSEMANA DE NOVEMBRO
- CAMEX ADIA DECISÃO SOBRE ANTIDUMPING NAS IMPORTAÇÕES DE LAMINADOS DE AÇO
- PRODUÇÃO DE VEÍCULOS SOBE 42% EM OUTUBRO EM COMPARAÇÃO COM 2016
- ANFAVEA VÊ SINAIS DE RETOMADA, MAS SE PREOCUPA COM REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- MUSK PASSA AS MADRUGADAS NA FÁBRICA DA TESLA POR CAUSA DE ATRASOS NA LINHA DE PRODUÇÃO
- MÁQUINAS CRESCEM APENAS 4,4% NO ACUMULADO DO ANO
- MOBILIDADE COMO SERVIÇO É O NOVO NEGÓCIO DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA
- CAMINHÕES PESADOS VÃO PUXAR SETOR PARA CIMA
- RENAULT PLANEJA DOBRAR VENDAS NA AL
- HERE QUER DIGITALIZAR TODAS AS VIAS DO MUNDO
- EXPORTAÇÕES RECORDE PASSAM DOS 627 MIL VEÍCULOS
- VENDAS INTERNAS CRESCEM MAIS QUE O ESPERADO
- PRODUÇÃO DE VEÍCULOS AVANÇA 28,5%

CÂMBIO		
EM 09/11/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,249	3,250
Euro	3,779	3,781

Fonte: BACEN

Divididos, sindicatos marcam protesto contra reforma trabalhista nesta sexta

09/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Marlene Bergamo/Folhapress



Até o percurso da manifestação em São Paulo é alvo de polêmica entre centrais

Enfrentando divergências internas, as principais centrais sindicais se esforçarão na tentativa de levar 20 mil manifestantes à avenida Paulista, nesta sexta-feira (10), em protesto contra a entrada em vigor da reforma trabalhista e a aprovação da reforma da [Previdência](#).

Sindicalistas manifestaram discordância, na segunda-feira (6), durante reunião para organização de atos em todo o país, convocados para acontecer um dia antes de as novas regras trabalhistas começarem a valer.

Dirigentes da CUT (Central Única de Trabalhadores) e da Força Sindical divergiram até sobre o percurso da manifestação na cidade de São Paulo.

Com apoio da Conlutas e Intersindical, o presidente estadual da CUT, Douglas Rizzo, insistiu para que a agenda incluísse uma caminhada até o Palácio dos Bandeirantes, para realização de protesto diante da sede do governo do Estado.

O secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves, o Juruna, rechaçou a proposta, repetindo que o governo federal deve ser o alvo dos protestos. "Não devemos perder o foco", afirmou, ressaltando que os servidores do Estado não são filiados à central.

Lembrando que a convocação é para "um dia de mobilização e luta", Rizzo garante que as demais centrais foram convencidas a aderir ao ato dos servidores. "A menos que a Força tenha um compromisso com o governo [Geraldo] Alckmin."

A pedido da CUT, todas as centrais assinam o panfleto de convocação do protesto contra Alckmin.

O secretário-geral da CTB, Wagner Gomes, explica, porém, que apenas os professores deverão participar do ato.

O horário dos protestos também foi objeto de debate.

Enquanto algumas categorias, como os metalúrgicos, defendiam que ocorressem de manhã, servidores públicos preferiam que acontecessem à tarde para garantir a presença dos trabalhadores saídos do interior do Estado.

Após as discussões, ficou programada uma concentração na praça da Sé (centro de São Paulo) a partir das 9h30 com provável caminhada até a avenida Paulista.

DIVISÕES

As centrais também sofrem crises internas. O presidente da UGT, Ricardo Patah, tem se queixado da necessidade de cortes na estrutura de seus sindicatos, enquanto o comando da Força Sindical passa por abalos.

O presidente da Força, deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, tem sido questionado por seus filiados sobre o impasse na negociação com o presidente Michel Temer para aprovação da contribuição assistencial.

Paulinho é apontado como avalista de um acordo para amenizar o impacto no caixa sindical com a entrada em vigor da reforma trabalhista. Mas o governo Temer não incluirá a proposta na medida provisória que será apresentada na sexta ao Congresso.

Contra a reforma trabalhista, centrais sindicais vão protestar na sexta-feira (10)

09/11/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Sindicatos programam atos e paralisações em todo o Brasil como protesto contra as reformas trabalhista, que entra em vigor no sábado (11), e da Previdência, empacada no Congresso



As centrais sindicais convocaram protestos em todo o Brasil nesta sexta-feira (10), contra as reformas trabalhista, que entra em vigor no sábado (11), e da Previdência, cuja tramitação está empacada no Congresso. O movimento para mais um "dia nacional de lutas" convida para atos e paralisações, na tentativa de uma greve geral, mas a adesão não está tão grande assim.

A data é a véspera do dia em que entram em vigor as mudanças nas leis trabalhistas, uma das principais vitórias do governo de Michel Temer, e já vem sendo alardeada desde outubro. Mas foi só na segunda-feira (6) que uma reunião entre as centrais bateu o martelo para a convocação do protesto. Esse encontro reuniu representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Intersindical, Conlutas e outros sindicatos.

Com a reforma trabalhista, sindicatos temem perdas bilionárias em sua arrecadação. A mudança prevê que o imposto sindical, que equivale a um dia de trabalho e hoje é descontado em folha, passará a ser voluntário. O temor de sindicalistas é que parte expressiva dos trabalhadores deixe de contribuir, colocando em risco uma arrecadação que em 2016 somou cerca de R\$ 2,9 bilhões.

Não vai ter MP

Temer vai contrariar as centrais sindicais e não irá propor por meio de medida provisória (MP) alternativas de custeio para as entidades trabalhistas, que deixarão de receber o imposto sindical a partir da semana que vem.

A proposta que deve ser enviada até sexta-feira (10) ao Congresso Nacional não incluirá a regulamentação da contribuição assistencial, defendida como uma forma de amenizar o impacto no caixa sindical com a entrada em vigor da reforma trabalhista.

A ideia é que o peemedebista proponha a iniciativa posteriormente, em formato de um projeto de lei, tornando grandes as chances de ser barrada pela Câmara dos Deputados e, assim, deixando as entidades trabalhistas sem uma contrapartida para a extinção do imposto sindical.

A decisão de retirar a contribuição assistencial da proposta de salvaguarda aos trabalhadores foi tomada após pressão do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que é contra a medida.

Com o risco da contrapartida ser derrotada, as centrais sindicais iniciaram movimento para tentar incluir na proposta que será publicada na sexta-feira (10) pelo menos uma regra de transição para o fim do imposto sindical.

Atos marcados pelo Brasil

Acre

Rio Branco terá um ato, com concentração na Praça da Revolução a partir das 8h.

Alagoas

Em Maceió, a concentração será na Praça Sinimbu, às 8h.

Amazonas

Manaus terá uma manifestação na Praça Heliodoro Balbi (Praça da Polícia), a partir das 16h.

Amapá

Macapá tem um protesto e a concentração será na Praça da Bandeira, a partir das 10h.

Bahia

Salvador tem dois atos já marcados. Pela manhã, às 11h, uma caminhada do Campo Grande até a Praça Municipal. A partir das 13h, uma manifestação na frente da Previdência Social.

Brasília

Na capital federal, um ato "Fora Temer" está marcado para a Esplanada dos Ministérios, a partir das 9h.

Ceará

Em Fortaleza, o ato será a "marcha da esperança". A concentração será a partir das 8h, na Praça Clóvis Beviláquia.

Espírito Santo

Em Vitória, dois atos estão marcados. Uma caminhada, com concentração na Praça 8 a partir das 12h, e um ato na UFES, às 17h.

Goiás

Em Goiânia, está marcado um ato unificado na Praça do Bandeirante às 16h.

Minas Gerais

Um ato na Praça da Estação, em Belo Horizonte, está marcado para as 9h.

Mato Grosso do Sul

Em Campo Grande, o ato está marcado para 16h, na Praça Ari Coelho.

Mato Grosso

O ato contra as reformas será em Cuiabá, na Praça Alencastro, a partir das 15h.

Pará

Uma caminhada está marcada para Belém, com concentração na Praça Brasil a partir das 8h30.

Paraná

Em Curitiba, um ato conjunto está marcado para as 11 horas, na Boca Maldita.

Paraíba

O ato em João Pessoa será no Lycey Paraibano, a partir das 14h.

Pernambuco

O ato será em Recife, na Praça da Democracia, a partir das 9h.

Piauí

Um ato unificado será realizado em Teresina, com concentração às 8h, na Praça Rio Branco.

Rio Grande do Norte

Natal terá um ato, com concentração na Praça Gentil Ferreira, a partir das 14h.

Roraima

Em Boa Vista, o ato terá concentração na Praça do Centro Cívico, a partir das 9h.

Rio Grande do Sul

Três atos estão marcados para Porto Alegre. A partir das 10h, haverá uma plenária de mobilização, no auditório da Igreja da Pompeia. Um "abraço" à Justiça do Trabalho está marcado para as 16h. O ato das centrais será às 18h.

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, uma caminhada está marcada para as 16h, com concentração na Candelária.

Santa Catarina

Um ato no terminal urbano de Florianópolis está marcado para as 16h.

São Paulo

A expectativa das centrais sindicais é de reunir ao menos 20 mil pessoas na manifestação da capital paulista. Metroviários também farão protesto nas estações, com a decisão de trabalhar sem uniforme. Na capital, o primeiro ato está marcado para 9h30, com concentração na praça da Sé com destino à avenida Paulista. Às 14h30, será realizado um ato de professores e servidores diante do Palácio dos Bandeirantes. Por fim, às 17h haverá um ato no Largo do Rosário.

Sergipe

Em Aracaju, o ato está marcado para 15h, com concentração na Praça Getúlio Vargas.

Tocantins

O ato em Palmas será às 9h, em frente à Caixa Econômica.

Especialistas detalham relação de trabalhadores e empresários a partir da reforma

09/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

No próximo dia 11, sábado, entram em vigor as novas regras das relações trabalhistas no Brasil, aprovadas pelo Congresso e sancionadas pelo presidente em 13 de julho. A nova legislação altera uma série de normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a prevalência do negociado sobre o legislado – pontos que poderão ser negociados entre empregadores e empregados e, em caso de acordo coletivo, passarão a ter força de lei.

As mudanças foram discutidas e aprovadas na reforma trabalhista. Essas mudanças afetam o cotidiano das relações trabalhistas, pois alteram pontos como férias, jornada de trabalho, remuneração, além de implantar e regulamentar novas modalidades de trabalho, como o trabalho remoto – home office – e o trabalho intermitente.

Especialistas alertam que empregados e empresas devem ficar atentos às alterações que virão nos novos contratos assinados a partir do dia 11.

O advogado Ricardo Pereira de Freitas Guimarães, doutor em Direito do Trabalho e professor da pós-graduação da PUC-SP, avalia que, apesar de empresas e trabalhadores já estarem cientes das mudanças desde julho, os efeitos da reforma serão sentidos nos próximos meses, no cotidiano da relação.

"Apesar de considerar a reforma inconstitucional, é importante destacar que determinados direitos dos trabalhadores não serão afetados, pois são direitos constitucionais, como o recebimento do FGTS; os 30 dias de férias; o descanso semanal remunerado e o 13º salário", afirma Guimarães.

Antonio Carlos Aguiar, mestre em Direito do Trabalho, diretor do Instituto Mundo do Trabalho e professor da Fundação Santo André, observa que a nova lei tem pontos positivos, mas deixa lacunas que devem ir parar nos tribunais.

"Temos pontos positivos, que esclarecem e melhoram entendimentos, como, por exemplo, a questão relacionada a grupo econômico e à limitação temporal e contratual

dos ex-sócios. Possibilidade da divisão de férias para os maiores de 50 anos, que pela legislação atual é proibida”, destaca.

Aguiar cita alguns pontos polêmicos da reforma que, em sua avaliação, devem parar no Judiciário. “Por exemplo, a jornada de 12x36 sem estabelecimento de limitadores. Será para qualquer atividade? Sem contrapartidas? E sem necessidade de autorização para casos de trabalho insalubre?”

“Além, disso, segue Antonio Carlos Aguiar, a prorrogação de jornada (horas extras) em ambientes insalubres por meio de negociação coletiva, sem autorização expressa, deverá provocar uma série de problemas relacionados à saúde do trabalhador”, alerta. O especialista em Direito e Processo do Trabalho Danilo Pieri Pereira, sócio do Baraldi Mélega Advogados, destaca que alguns pontos da nova lei poderão ser colocados logo em prática a partir do dia 11.

“O período que o empregado gasta no trajeto de casa até o trabalho não será mais computado na jornada. Isso valerá de imediato. Já outros pontos precisarão ser negociados caso a caso, como o fracionamento das férias, o uso do banco de horas, entre outros”, pontua.

Um das discussões mais polêmicas e que, segundo os especialistas, deverá provocar uma série de conflitos é a questão da prevalência do negociado sobre o legislado.

O texto prevê que a negociação entre empresas e trabalhadores prevalecerá sobre a lei em pontos como parcelamento das férias, flexibilização da jornada, participação nos lucros e resultados, intervalo, plano de cargos e salários, banco de horas, remuneração por produtividade e trabalho remoto.

Na avaliação do advogado Paulo Lemgruber, do escritório Roberto Caldas, Mauro Menezes & Advogados, os sindicatos e as empresas poderão estabelecer, pela via da negociação coletiva, condições de trabalho diferentes daquelas previstas em lei.

“E essas condições poderão não estar necessariamente em um patamar melhor para os trabalhadores, em matéria de parcelamento de férias, cumprimento da jornada de trabalho, participação nos lucros e resultados, tempo de deslocamento até o local de trabalho, intervalo intrajornada, prazo de validade dos acordos e convenções coletivas, plano de cargos e salários, regulamento empresarial, banco de horas, trabalho remoto, remuneração por produtividade e registro da jornada de trabalho”, alerta Lemgruber.

A novidade, segundo o advogado, será permitir que “direitos trabalhistas previstos na legislação atual, não apenas na CLT, pois há leis esparsas, possam ser substituídos ou até suprimidos mediante negociação coletiva entre empresas e sindicato”.

Danilo Pieri alerta que pontos como FGTS, salário mínimo, 13º salário, seguro-desemprego, benefícios previdenciários, licença-maternidade e normas relativas à segurança e saúde do trabalhador não podem entrar na negociação.

Diversos pontos, agora, serão negociados diretamente entre empresas e trabalhadores.

Entre eles, o parcelamento das férias.

De acordo com o advogado Ruslan Stuchi, empresa e trabalhador deverão negociar a divisão das férias em até três períodos. “Pela nova lei, um dos períodos não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos”, avisa o especialista.

De acordo com Stuchi, deve ser negociada ainda entre as partes a adoção do regime de tempo parcial de trabalho.

A duração passará a ser de até 30 horas semanais, sem possibilidade de horas extras semanais, ou de 26 horas semanais ou menos, com até seis horas extras, pagas com acréscimo de 50%.

Danilo Pieri cita que poderá ser negociada entre empregadores e empregados a jornada de 12 horas de trabalho intercalada por 36 horas de descanso.

Antonio Carlos Aguiar afirma que poderá ser negociada ainda a rescisão contratual por acordo, com pagamento de metade do aviso prévio e metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS.

O empregado poderá ainda movimentar até 80% do valor depositado pela empresa na conta do FGTS, mas não terá direito ao seguro-desemprego.

A advogada Mayara Rodrigues, do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, cita também o banco de horas. "A reforma permite que as partes se entendam por acordo individual escrito para a utilização do banco de horas, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses".

Sindicatos

Já outros pontos aprovados na reforma irão necessitar da negociação entre empresas e sindicatos, como redução do intervalo do almoço, Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e troca de feriados, entre outros, destacam especialistas.

Mayara Rodrigues diz que a PLR deve ser negociada entre as empresas e os sindicatos para entrar em vigor. "Direitos como Participação nos Lucros e Resultados, plano de cargos e salários, banco de horas, teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente, adesão ao programa seguro desemprego, troca do dia do feriado, enquadramento do grau de insalubridade, entre outros podem ser negociados com os sindicatos", observa.

Ruslam Stuchi acredita que a negociação com o sindicato será necessária quando houver alguma estruturação em relação a uma grande quantidade de trabalhadores.

Para o advogado, as entidades sindicais ainda continuarão com seu papel de fiscalização. Stuchi salienta que os acordos coletivos já fechados continuam valendo e só poderão ser alterados ao fim do prazo do acordo, com base nas novas regras.

O professor Antonio Carlos Aguiar diz que a nova lei prevê que as indenizações do Plano de Demissão Voluntária (PDV) e os acordos anuais dando quitação dos contratos individuais de trabalho serão negociados entre empresas e sindicatos, assim como os reajustes de salário na data-base.

Home office

O home office, ou trabalho remoto ou teletrabalho, passa a ser regulamentado e poderá ser proposto pelo empregador ao funcionário, segundo o advogado Roberto Hadid, do escritório Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados.

Em caso de acordo, a modalidade deverá então ser regulamentada em contrato de trabalho.

Quem já trabalha em sistema de teletrabalho também precisará fazer aditivo contratual. O home office poderá ser implantado após acordo entre as empresas e os sindicatos.

Pontos importantes da nova lei trabalhista, segundo os especialistas

– Direitos garantidos: Não podem ser alterados e nem negociados os direitos relativos ao pagamento do FGTS, o recebimento do salário-mínimo e 13º salário, seguro-

desemprego, repouso semanal remunerado e as normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, além das regras sobre a aposentadoria, salário-família, licença-maternidade com a duração mínima de cento e vinte dias, licença-paternidade, entre outras.

– Férias: Continua sendo de 30 dias anuais; entretanto, se houver acordo entre trabalhadores e empresários, pode ser dividida em até três vezes, desde que um dos períodos seja de 14 dias corridos e, os demais, cinco dias corridos.

– Tempo de percurso no transporte e horas trabalhadas: Pela Reforma Trabalhista, o tempo gasto pelo trabalhador no percurso para se chegar ao local de trabalho ou no retorno para casa não poderá mais ser computado como parte da jornada de trabalho, independentemente do meio de transporte usado, mesmo o local de trabalho sendo de difícil acesso.

– Intervalo de almoço: O intervalo dentro da jornada de trabalho poderá ser negociado, desde que tenha pelo menos 30 minutos. Se o empregador não conceder intervalo mínimo para almoço ou for parcial, a indenização será de 50% do valor da hora normal de trabalho apenas sobre o tempo não concedido em vez de todo o tempo de intervalo devido.

– Contribuição sindical: A contribuição sindical não será mais obrigatória. Agora, o pagamento será opcional.

– Registro em Carteira de Trabalho: A nova regra prevê o aumento da multa por empregado não registrado pelo empresário para R\$ 3 mil. Nos casos de microempresa e empresa de pequeno porte a multa será de R\$ 800 por funcionário.

– Ações na Justiça: A nova lei altera algumas regras para o ingresso de ação na Justiça do Trabalho. Por exemplo, limita valor a ser pleiteado pelo trabalhador, estabelecendo teto para alguns pedidos de indenização. Ofensas graves cometidas por empregadores devem ser de, no máximo, 50 vezes o último salário contratual de quem foi ofendido. O trabalhador também poderá ter que indenizar a empresa em caso de pedidos de má-fé ou negados pelo Judiciário.

– Demissão consensual: Trabalhadores e empresas poderão optar pela demissão em comum acordo. Por esse novo mecanismo, a multa de 40% do FGTS será reduzida para 20%, e o aviso prévio ficará restrito a 15 dias. Além disso, o trabalhador pode sacar somente 80% do Fundo de Garantia, mas perde o direito de receber o seguro-desemprego.

Tributação maior sobre empresas fica mais distante

09/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O governo deve conseguir bem menos do que deseja na tentativa de reverter a política de desoneração da folha de pagamentos e ainda corre o risco de obter algum resultado apenas em 2019.

O projeto, hoje em comissão especial do Congresso, deve poupar um número maior de setores que os três originalmente previstos pelo governo. Um deles seria o de call center, segundo o relator do projeto, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

"A Fazenda busca aprovar o projeto como ele chegou aqui, mas já comuniquei que não há hipótese para isso."

Com o fim dessa política, as empresas afetadas voltariam a calcular as contribuições devidas à Previdência de acordo com a folha de salários, e não mais conforme o faturamento da empresa.

De acordo com o relator, alguns setores devem continuar contribuindo sobre o faturamento, mas com alíquotas mais altas que as atuais.

Ele admite que alguns dos setores incluídos na regra (que teve início em 2011) não são intensivos em mão de obra, mas podem receber tratamento tributário diferenciado para estimular a atividade econômica.

Pensada para fomentar o emprego, a regra tinha cinco setores econômicos originalmente beneficiados, grupo que hoje passa de 50.

Em busca de recursos para fechar as contas, o governo quer reverter a medida, mas manteve, no projeto original, o benefício para três setores: transporte público, construção civil e comunicação.

A expectativa, diz Silva, é que o projeto seja votado até o fim deste ano para que possa valer em 2018. Ele admite que, caso isso não ocorra, a reoneração deve ficar para 2019.

Segundo o relator, ainda que o projeto seja votado no início de 2018, os setores afetados podem questionar juridicamente a regra, adiando a sua execução. Uma forma de evitar a insegurança jurídica seria, portanto, fazer valer a regra apenas no ano seguinte à sua aprovação.

Para o relator, o governo não tem força para impor a sua agenda, então a ideia é ter algo que seja possível "colocar politicamente em pé" antes de apresentar o projeto para ao plenário da Câmara.

Segundo ele, a Fazenda argumenta que o benefício tem um custo fiscal elevado, mas há setores em que esse custo relativo pode ser menor —o de call center seria um exemplo, segundo o deputado.

DROGA DE PROJETO

O atual governo tentou reverter a desoneração por meio de medida provisória, que o Congresso ia deixar caducar e acabou revogada.

Mais recentemente, o embate entre Congresso e governo esquentou quando o secretário da Fazenda Fabio Kanczuk chamou a medida de uma "droga de projeto". Orlando Silva rebateu, mandando o governo calçar as "sandálias da humildade".

R\$ 1 mi em empréstimos a 0,5% ao mês

09/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

Após estrear no mercado de fintechs com o lançamento do Social Bank – espécie de banco digital, que permite que pessoas físicas façam vários tipos de operações entre si, inclusive empréstimos -, o empresário Carlos Wizard Martins decidiu colocar R\$ 1 milhão à disposição no aplicativo para a realização de empréstimos a juros de 0,5% ao mês.

Dono, entre outros negócios, da rede de alimentos saudáveis Mundo Verde e da escola de inglês Wiseup, Wizard afirma que quer simplificar o sistema financeiro brasileiro. "O Brasil tem um dos juros mais altos do planeta. Estou disposto a ajudar e a devolver para a sociedade parte do que conquistei", diz.

À medida em que Wizard receber o pagamento dos empréstimos já realizados, os recursos voltam a ficar disponíveis para novos clientes.

Lançado há duas semanas e já com 20 mil contas abertas, o Social Bank permite o pagamento de contas, realização de saques, transferências, além de empréstimos entre as pessoas, com juros de 1% a 2% ao mês.

Apesar do nome, o Social Bank não é um banco, mas uma conta de pagamento digital. Wizard tem 50% do negócio e a outra metade pertence a Rodrigo Borges, de quem ele já é sócio na HubPrepaid, que atua no mercado de meios de pagamentos.

Para Guilherme Horn, diretor de inovação da consultoria Accenture, plataformas dessa natureza têm um desafio pela frente. "A maior dificuldade, ao longo do tempo, é conseguir se tornar rentável com serviços de baixo valor agregado", explica.

Melhora na indústria de SP é concentrada em algumas atividades, diz IBGE

09/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O parque industrial de São Paulo, o maior e mais diversificado do Brasil, registrou desempenho positivo em setembro em todas as comparações da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional.

A melhora, porém, ainda é concentrada em algumas atividades, como a fabricação de derivados da cana de açúcar e de veículos automotores, frisou Rodrigo Lobo, analista da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Não se pode dizer que é uma recuperação muito consistente. É influenciada por uma base de comparação baixa e por crescimentos concentrados em determinadas atividades", apontou Lobo.

A indústria alimentícia responde por 13,3% do parque fabril paulista, enquanto o setor de veículos automotores tem participação de 14,1%. Na passagem de agosto para setembro, o avanço de 1,3% teve nova contribuição da fabricação de derivados de cana de açúcar (cristal, refinado, VHP e melaço de cana), mas também de derivados de petróleo e biocombustíveis.

"Os quatro derivados da cana de açúcar representam 40% da indústria alimentícia de São Paulo e quase 6% de toda a indústria paulista", apontou Lobo.

Embora o desempenho da região tenha ajudado a elevar a média global da indústria no mês, a maior contribuição para a alta de 0,2% na indústria nacional em setembro ante agosto foi do Rio de Janeiro.

A produção da indústria fluminense cresceu 8,7% no período, a maior taxa desde março de 2009, quando tinha crescido 9%.

"O resultado é puxado pelo setor de derivados de petróleo e biocombustíveis no Rio de Janeiro, retomando ao patamar de junho. Em agosto e setembro, a indústria do Rio cresce 12,1%. Em julho, ocorreu parada para manutenção de uma refinaria", explicou o analista do IBGE.

A atividade de derivados de petróleo e biocombustíveis representa praticamente um quarto da indústria fluminense, enquanto as indústrias extrativas pesam outros 37%. "As duas atividades pesam em torno de 60% da indústria do Rio de Janeiro. Variações nessas atividades costumam ter influência significativa na indústria fluminense", lembrou Lobo.

Apesar da melhora em setembro, a indústria do Rio ainda opera 14,8% abaixo do pico de produção alcançado em fevereiro de 2011, enquanto o parque fabril paulista está funcionando 19,4% aquém do ponto máximo registrado em março de 2011.

Na comparação com setembro de 2016, os dois estados também tiveram crescimentos expressivos, sendo um avanço de 5,0% em São Paulo e de 11,3% no Rio de Janeiro.

No Rio, cinco das 14 atividades pesquisadas registraram aumento na produção, com destaque para as elevações em derivados de petróleo (+46,7%, a maior taxa desde março de 2011), e veículos automotores (+60,5%, após uma alta de 63,8% em agosto).

“Boa parte dessa atividade de veículos tem como foco a exportação, especialmente os automóveis. Isso de certa forma permanece. Ainda que ainda não haja demanda doméstica aquecida, parte dessa produção está sendo escoada para o mercado externo. A atividade de veículos aparece entre os principais impactos positivos em vários estados produtores”, citou Lobo.

Em São Paulo, 11 das 18 atividades locais tiveram crescimento em setembro ante setembro de 2017, com avanços mais relevantes na indústria alimentícia (+11,4%) e veículos automotores (+15,5%). O Estado puxou o aumento de 2,6% na média nacional da indústria no período.

O índice de difusão em São Paulo ficou em 51,1% em setembro ante 56,9% em agosto. Em julho, o percentual de produtos com aumento na produção já tinha ficado acima de 50%, aos 52,1%.

“A última vez com a maioria de produtos em alta em São Paulo por três meses seguidos foi de setembro a novembro de 2013”, lembrou o pesquisador do IBGE.

ENTREVISTA: Fintechs, as startups de serviços financeiros, vieram para ficar

09/11/2017 – Fonte: CNI

Fundador da Conexão Fintech, José Prado, afirma que as empresas que trazem novos modelos de negócios para o mercado financeiro obrigaram os bancos a repensar as agências e os aplicativos



As fintechs, empresas inovadoras que usam a tecnologia para oferecer informações e serviços financeiros em plataformas digitais, não tomarão o lugar dos bancos no mercado. “A briga entre fintechs e bancos não existe. Hoje, 75% das fintechs buscam algum tipo de parceria com grandes instituições financeiras”, afirma José Prado.

Fundador da Conexão Fintech, uma plataforma que une conhecimento sobre tecnologias com negócios e promove a aproximação entre as startups, Prado concedeu essa entrevista durante evento sobre fintechs, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, no dia 1º de novembro. Otimista com o futuro, ele prevê a expansão das fintechs e garante: as startups de serviços financeiros viram para ficar.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Quantas fintechs existem atualmente no Brasil e como operam essas empresas?

JOSÉ PRADO - As fintechs são empresas inovadoras que trazem soluções tecnológicas para o mercado financeiro e, ao mesmo tempo, resolvem um problema ou melhoram

a experiência do usuário. Hoje há cerca de 400 fintechs no país. Elas trazem um novo modelo de negócios e melhoram a experiência dos usuários.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - O número de clientes dessas empresas está aumentando?

JOSÉ PRADO - O interesse da população por essas empresas está crescendo muito. As pessoas não se sentem mais representadas pelas instituições financeiras tradicionais. Exemplo disso é a febre do Nubank. Na área de crédito, há o Guia Bolso e a Creditas, que também chamam muita atenção. Se entrar uma vez em uma fintech e for bem tratada, a pessoa voltará a procurar a fintech e não o banco. Isso obrigou os bancos a repensarem suas agências e seus aplicativos.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Como as fintechs podem ajudar a facilitar o acesso ao crédito e reduzir os custos dos empréstimos para as empresas?

JOSÉ PRADO - As Fintechs operam em diferentes frentes para entregar um produto mais acessível. Antes de tudo, oferecem uma experiência muito melhor para o usuário. Isso começa com a dispensa da burocracia para falar com um gerente, pois o usuário pode resolver o problema em uma jornada digital mais fácil.

Além disso, por ser uma empresa tecnológica e mais enxuta, a fintech consegue ter um custo mais baixo que o banco. Isso é maximizado quando a gente fala de cultura de startup, cuja estrutura é mais rápida, mais ágil.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - As fintechs vão tomar o lugar dos bancos? Os bancos vão morrer?

JOSÉ PRADO - Os bancos nunca vão acabar. Eles são grande parceiros e têm grande sinergia com as fintechs. A briga entre fintechs e bancos não existe. Hoje, 75% das fintechs buscam algum tipo de parceria com grandes instituições financeiras. Não é a toa que há iniciativas como o InovaBra, do Bradesco, e o Espaço Cubo, do Itaú. Ambos são espaços destinados a sediar fintechs. Não são iniciativas para comprar empresas inovadoras e sim para trabalhar junto.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - A regulação das fintechs oferece segurança para o investidor, para o cliente e para a própria empresa?

JOSÉ PRADO - Cada setor de fintech tem a sua regulamentação própria. As fintechs estão sujeitas às regulamentações do mercado financeiro, ou seja, as mesmas regras de um banco.

O Banco Central tem demonstrado interesse em buscar uma regulamentação mais adequada para as soluções das fintechs. Há uma consulta pública em curso para criar dois modelos de empresas de crédito, que visa aumentar a oferta de crédito para as empresas. As Fintechs estão participando dessa consulta pública. O Banco Central está escutando as fintechs para criar a regulamentação.

Além disso, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) criou uma regulamentação para *equity crowdfunding* (fundos de investimentos em startups), visando os investidores em startups.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - As fintechs são empresas duradouras?

JOSÉ PRADO - O movimento das fintechs tem seis anos no mundo. A ideia das startups é crescer sempre. Elas vieram para ficar.

Laboratório de Competitividade vai apontar caminhos para o desenvolvimento da economia nacional

09/11/2017 – Fonte: MDIC



Iniciativa do Fórum Econômico Mundial conta com a parceria do MDIC e prevê a publicação de um relatório com apontamentos para a melhoria da competitividade nacional

O Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, participou, nesta quarta-feira pela manhã, no MDIC, da primeira reunião do Conselho Editorial do Laboratório de Competitividade, que o Fórum Econômico Mundial está instalando no Brasil.

A proposta é identificar os principais gargalos que prejudicam a competitividade da economia brasileira e apresentar soluções factíveis para o desenvolvimento desta competência. A reunião contou com a participação da diretora do Fórum para a América Latina, Marisol Argueta de Barillas, e de representantes do setor privado.

Os trabalhos serão desempenhados no final deste ano e início do próximo, quando será produzido um relatório com proposições para o desenvolvimento da competitividade brasileira, a ser lançado em março de 2018, durante a realização do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, entre os dias 13 e 15 de março, em São Paulo.

O ministro Marcos Pereira ressaltou que um dos desafios dele à frente do MDIC "é incrementar o ambiente de negócios do Brasil, com foco no aumento da competitividade". O ministro destacou também que tem mantido "constante diálogo com representantes do empresariado brasileiro, avançando em iniciativas de dinamização das estruturas brasileiras, trabalhando desde a redução da burocracia, até o desenvolvimento de programas de incentivo à competitividade das empresas". E citou ainda as iniciativas de facilitação de comércio e fomento à inovação.

O Conselho Editorial do Laboratório de Competitividade é formado pelos ministros Marcos Pereira, Henrique Meirelles (Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento). Também integram o grupo de notáveis Pedro Wongtschowski (Mobilização Empresarial pela Inovação – MEI), Flavio Rocha (Grupo Riachuelo), Robson Andrade (CNI), Paulo Skaf (Fiesp), José Antonio Toledo Vieira (Novartis) e a professora Lourdes Casanova (Cornell University - EUA). A função deste grupo é aprovar em linhas gerais o documento que será lançado durante a realização da versão latino-americana do fórum em março, em São Paulo.

A elaboração do documento será feita pelo Grupo de Trabalho formado por representantes do governo, do setor privado e da academia, que ficará responsável por aprofundar as discussões, coletar insumos e formatar o documento final. Além de outros temas, houve a concordância da necessidade de se avançar com a agenda de desburocratização, a melhoria do ambiente de negócios e do desenvolvimento do ecossistema brasileiro de inovação, além de uma percepção geral da necessidade urgente de se avançar na efetivação das reformas estruturantes, principalmente a da previdência e a fiscal. Temas como o desempenho do setor público, no que se refere

à regulamentação governamental; dificuldades na abertura de negócios e barreiras de comércio também foram abordados durante a reunião.

Laboratório de competitividade

O laboratório de competitividade é uma iniciativa do Fórum Econômico Mundial para países latino-americanos. De acordo com a entidade, a competitividade é amplamente aceita como um dos fundamentos responsáveis pela prosperidade de países e bem estar dos cidadãos.

“Uma oportunidade e um momento único para avançar na agenda da produtividade, com recomendações concretas e implementáveis e, assim, contribuir na melhora contínua do ambiente de negócios do Brasil”, disse Marisol Argueta de Barillas.

Marcos Pereira: Arranjos Produtivos Locais cumprem papel de destaque na geração de empregos

09/11/2017 – Fonte: mdic



Ministro participou da abertura da 8ª Conferência de Arranjos Produtivos Locais. As inscrições para o evento que ocorre até quinta-feira (9/11) são gratuitas e podem ser feitas pelo site: www.conferenciabrasileiraapl.com.br

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, destacou, em discurso na abertura da 8ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais (APLs), o processo de recuperação da economia e da geração de empregos.

O evento reúne, de hoje até quinta-feira (9), no auditório do Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília, especialistas, gestores de APLs, agentes financeiros, acadêmicos, parlamentares e representantes do governo e da sociedade civil.

“Eu costumo dizer que o melhor programa social é o emprego. Neste sentido, os APLs cumprem papel de destaque no avanço das condições sociais e econômicas da nossa população. Atualmente, há no país 677 Arranjos Produtivos Locais que geram três milhões de empregos diretos em todas as cinco regiões brasileiras”, disse o ministro.

“O fomento aos Arranjos Produtivos Locais é tratado com muita atenção pelo MDIC. E os números que citei mostram que não poderia ser diferente, tamanha é a relevância para a economia nacional”, afirmou o ministro. Os APLs estão presentes em aproximadamente 40% dos municípios brasileiros e reúnem mais de 290 mil empresas, grande parte delas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Marcos Pereira afirmou, ainda, que o MDIC vem tomando uma série de medidas para melhorar o ambiente de negócios no país e gerar novos postos de trabalho, apoiando a indústria, o comércio exterior, o setor de serviços e também os Arranjos Produtivos Locais.

O secretário-executivo do Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos, Igor Calvet, destacou que os APLs têm sido uma agenda prioritária do governo, uma vez que o desenvolvimento regional é parte de um contexto maior, de crescimento econômico.

"As vantagens competitivas das aglomerações produtivas são fundamentais para essa estratégia. Se quisermos ir longe, devemos seguir juntos, com os APLs", resumiu.

Micro e pequenas empresas

Aos participantes da Conferência, Marcos Pereira explicou que a convergência entre os APLs e as micro e pequenas empresas é muito alta e, por isso, a programação deste ano será incrementada com a participação da Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas, que desde junho faz parte da estrutura do MDIC.

Ele disse ainda que, com uma forte agenda regional, o MDIC vem promovendo políticas voltadas às empresas de pequeno e médio portes, com objetivo de aumentar a produtividade e também ampliar a base exportadora nacional. As micro e pequenas empresas são responsáveis por cerca de 50% da força de trabalho e representam 98% das empresas brasileiras.

"Os APLs são essencialmente formados por micro e pequenas empresas, o segmento mais forte da economia. As micro e pequenas representam 27% do PIB. Os APLs se destacam como forma inteligente e eficaz de associação, com foco na produção e ganho de eficiência. Portanto, o caminho é cooperar", resumiu o secretário especial da Micro e Pequena Empresa, José Ricardo da Veiga.

Conferência

A Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais acontece a cada dois anos, e tem por meta mobilizar os segmentos produtivos e as principais instituições governamentais e não governamentais para o debate sobre a formulação de políticas públicas voltadas aos APLs.

O tema central desta edição é "APLs como Estratégia de Desenvolvimento: das condições necessárias às vantagens competitivas". Durante o evento, haverá espaço para reuniões bilaterais, apresentações audiovisuais sobre a política de arranjos produtivos e estandes de APLs selecionados, onde os visitantes poderão conhecer melhor as atividades desempenhadas por cada um desses aglomerados.

As inscrições gratuitas e podem ser feitas pelo site: www.conferenciabrasileiraapl.com.br.

Os APLs são aglomerações de empresas que estão num mesmo espaço físico e que apresentam especialização produtiva semelhante, além de manterem vínculos de articulação, cooperação e aprendizagem entre si e com associações empresariais, instituições de crédito, de ensino e governo.

Camex lança consulta pública sobre regulação no comércio exterior

09/11/2017 – Fonte: MDIC

Resultados serão usados na elaboração da Agenda Regulatória de Comércio Exterior 2018-19

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) lançou consulta pública para receber contribuições da sociedade sobre as práticas e os problemas que se referem aos órgãos reguladores com impacto no comércio exterior. Os resultados da consulta serão usados como insumos para a elaboração da Agenda Regulatória de Comércio Exterior 2018-19.

O convite para participar da elaboração da Agenda Regulatória de Comércio Exterior é aberto a todos os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como ao público em geral dos diversos segmentos da sociedade civil, interessados nas atividades de regulamentação, monitoramento, controle e fiscalização de comércio exterior, inclusive estrangeiros.

A Agenda Regulatória de Comércio Exterior é um instrumento de planejamento para auxiliar na identificação e organização de temas estratégicos que serão acompanhados pela Camex no próximo biênio.

A iniciativa também promoverá transparência e previsibilidade, pois tornará públicas as ações prioritárias que a Camex pretende colocar em prática entre os diversos órgãos reguladores com impacto no comércio exterior e permitirá acompanhamento e participação das empresas e da sociedade.

O edital de chamamento para participar da elaboração da Agenda Regulatória de Comércio Exterior 2018/2019 foi publicado no Diário Oficial da União em 07 de novembro de 2017 e estará aberto a contribuições até o dia 08 de janeiro de 2018. Os interessados em participar do processo deverão preencher os formulários e enviá-los ao email secamex@camex.gov.br até 08 de janeiro de 2018.

Mais informações: <http://www.camex.gov.br/noticias-da-camex/1925-agenda-regulatoria-de-comercio-exterior>

Download dos formulários por área temática:

[Tema 1 – Aduana, procedimentos de comércio exterior e facilitação de comércio \(CAMEX, RFB, SUFRAMA e CNPQ\)](#)

[Tema 2 – Regulamentos técnicos e sanitários \(ANVISA, MAPA e INMETRO\)](#)

[Tema 3 – Produtos da base industrial de defesa, bens sensíveis e controle de produtos químicos \(MCTIC, MD e DPF\)](#)

[Tema 4 – Financiamento e garantias \(CAMEX\)](#)

[Tema 5 – Defesa comercial](#)

[Tema 6 - Zonas de Processamento de Exportação \(CZPE MDIC\)](#)

[Tema 7 – Transporte e logística \(ANTT, ANAC e ANTAQ\)](#)

[Tema 8 – Serviços e Compras públicas \(SCS do MDIC, MS e MPDG\)](#)

Dúvidas sobre o preenchimento poderão ser esclarecidas por meio do telefone (61) 2027-7631 ou via correio eletrônico: secamex@camex.gov.br

Ilan: perspectiva benigna de economia a emergentes não durará para sempre

09/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, avaliou nesta quarta-feira, 8, que o cenário global é favorável para os países emergentes, mas que essa perspectiva benigna da economia internacional “não durará para sempre”. O comentário consta da apresentação feita nesta quarta por ele durante a “XXXIII Reunião de Presidentes de Bancos Centrais da América do Sul”, em Montevidéu, no Uruguai.

Ilan do BC afirmou ainda que o Brasil está mais resiliente a choques externos e citou números recentes da economia, como os US\$ 53 bilhões de superávit comercial no ano, até setembro, e as reservas internacionais acima dos US\$ 380 bilhões.

Em suas considerações, Ilan Goldfajn também defendeu a importância de reformas e ajustes na economia, vistos por ele como fundamentais para o crescimento sustentável e a inflação baixa.

Além disso, Ilan retomou uma ideia que consta em suas comunicações mais recentes: a de que a reorientação da política econômica e uma posição firme da política monetária no Brasil levaram à desinflação, a taxas de juros reais (descontada a inflação) mais baixas e à recuperação econômica.

Ele disse ainda que o Brasil deve perseverar no caminho das reformas e citou, em sua apresentação, a aprovação recente de reformas no País, como a trabalhista e a da

educação. Além disso, citou a aprovação do teto de gastos, as mudanças no setor de óleo e gás e destacou os anúncios recentes de privatização.

Em outro momento, Ilan Goldfajn citou medidas tomadas no âmbito da Agenda BC+: a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP), a lei de registro de garantias, o novo marco punitivo de instituições financeiras e o cadastro positivo – neste caso, ainda em tramitação no Congresso.

Câmara chama ministro do Trabalho para explicar portaria sobre trabalho escravo

09/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados transformou na manhã desta quarta-feira, 8, em convite um requerimento de convocação do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. O ministro virá na semana do dia 20 de novembro à Casa explicar a edição da portaria 1.129 que altera os conceitos que definem o trabalho escravo no País.

O requerimento foi apresentado pela deputada Érika Kokay (PT-DF), mas houve acordo entre os deputados para que o pedido fosse convertido para convite. Os deputados também aprovaram uma moção de repúdio ao que chamaram de “desmonte” das políticas públicas de combate ao trabalho escravo para marcar posição contra a decisão do Ministério do Trabalho.

Os efeitos da portaria foram suspensos em decisão liminar da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Essa foi a segunda vez na semana que os parlamentares tentam convocar ministros do governo Michel Temer para dar explicações à Câmara.

Na terça, a Comissão de Segurança Pública transformou em convite um pedido de convocação do ministro da Justiça, Torquato Jardim. O ministro terá de explicar aos deputados suas recentes declarações sobre a associação entre o crime organizado e o poder público no Estado do Rio de Janeiro.

Juízes do trabalho fazem ato em São Paulo para demonstrar força

09/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O ato ocorreu no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda (zona oeste de São Paulo)

Magistrados do Trabalho se reuniram nesta quarta-feira (8) em um ato em defesa da Justiça trabalhista, no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda (zona oeste de São Paulo).

A categoria se queixa de cortes orçamentários e teme que congressistas levem adiante ameaças de acabar com a Justiça do Trabalho, segundo Farley Ferreira, que representou a Anamatra (associação nacional dos magistrados trabalhistas) no evento. "A preocupação [em torno de propostas para o fim da Justiça trabalhista] é séria, há uma tentativa de estrangulamento", diz ele.

Em 2016, houve um corte de 30% do orçamento para atividades de custeio, e de 90% das verbas para investimentos. Neste ano, o orçamento ficou estável, tendência que deverá se repetir em 2018, afirma Fábio Ribeiro da Rocha, presidente da Amatra-2 (associação dos juízes trabalhistas da Grande São Paulo), que diz que o ato é uma demonstração de força da categoria.

"A demanda trabalhista cresceu, e o orçamento diminuiu. Desde o ano passado, tivemos diversos magistrados que se aposentaram e não tiveram reposição. Com servidores têm ocorrido a mesma coisa. Os concursos ocorrem, mas não há recursos para as nomeações. Tivemos também dispensas de terceirizados de limpeza, segurança."

As entidades se queixam de que os cortes em outras esferas do Judiciário não foram tão fortes.

A manifestação reuniu cerca de 200 pessoas, segundo o Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Estado de São Paulo), que organizou o ato em parceria com outras associações de juízes e advogados.

MINORIA NÃO REPRESENTATIVA

Apesar de duras críticas ao governo Temer e à reforma trabalhista durante o evento, as associações de magistrados adotaram um tom mais ameno em relação à aplicação das novas regras e apontaram que cada juiz teria autonomia técnica para julgar os casos.

"[Aqueles que se reuniram no congresso] Eram poucos perto do total de magistrados. É uma minoria sem representatividade, foi uma discussão científica. No tribunal regional de São Paulo, por exemplo, não vejo tanta resistência à reforma, mas há incongruências dentro da redação da lei", diz Ferreira, da Anamatra.

A declaração do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra Martins Filho, de que seria preciso flexibilizar direitos sociais para elevar o nível de emprego, também foram criticadas durante o evento.

"Os pronunciamentos do presidente do TST não representam a unidade da magistratura. A maioria não concorda com esse pensamento. Não digo que concordam com a Anamatra, mas não concordam com ele", afirmou Rocha.

A Anamatra preferiu não se posicionar em relação às declarações, mas apoiou a decisão do TST de revisar súmulas do tribunal para adaptá-las à reforma.

"É um caminho adequado para dar mais segurança jurídica", afirmou Ferrera.

Pagamento do 13º salário vai injetar R\$ 11 bilhões na economia do Paraná

09/11/2017 – Fonte: Bem Paraná

Primeira parcela deve ser paga até o dia 30 de novembro



(foto: Ernani Ogata)

O 13º salário vai injetar cerca de R\$ 11 bilhões na economia paranaense até o final do ano. O valor representa em torno de 2,9% do PIB paranaense. A estimativa foi divulgada ontem pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No Brasil todo o décimo terceiro salário deve injetar cerca

de R\$ 200,5 bilhões. A primeira parcela para o trabalhador deve ser paga até o dia 30 de novembro.

A segunda parcela vem no final de dezembro.

O contingente de pessoas no Estado que receberá o décimo terceiro foi estimado em 5,1 milhões, somando os trabalhadores formais mais os beneficiários do INSS. Só para os trabalhadores formais, o volume do 13º salário deve atingir R\$ 8,3 bilhões no Paraná.

No ano passado o valor ficou em R\$ 6,8 bilhões.

No estado, os empregados do mercado formal, celetistas e estatutários, representam 61,8%, enquanto pensionistas e aposentados do INSS equivalem a 38,2%. O emprego doméstico com carteira assinada participa com 2,0%.

Uso

Assim como ocorreu nos anos anteriores a grande maioria dos consumidores (85%) pretendem utilizar o 13º para o pagamento de dívidas já contraídas (aumento de 4,94% sobre 2016), segundo uma pesquisa também divulgada ontem pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade (Anefac).

Grande parte dos consumidores (94%) têm dívidas contraídas no cheque especial e no cartão de crédito e pretendem utilizar os recursos do 13º salário para regularizar as contas.

Bolsa sobe 2,7% após governo reiterar compromisso com Previdência

09/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Bolsa brasileira registrou nesta quarta-feira (8) a maior alta diária em um mês em resposta aos esforços do governo para reiterar o compromisso com a aprovação da reforma da Previdência. O dólar também refletiu esse otimismo maior do mercado e recuou a R\$ 3,26.

O Ibovespa, que reúne as ações mais negociadas da Bolsa, fechou em alta de 2,69%, para 74.363 pontos. É a maior valorização diária desde 3 de outubro, quando o avanço foi de 3,23%.

O dólar comercial caiu 0,39%, para R\$ 3,264. O dólar à vista, que fecha mais cedo, teve queda de 0,78%, para R\$ 3,252.

O alívio no mercado financeiro ocorreu um dia após a Bolsa atingir o menor nível desde 5 de setembro em reação a declarações do presidente Michel Temer, na segunda (6), de que seria difícil votar a reforma da Previdência.

Nesta quarta, porém, o governo voltou a mostrar sinais de que se esforça para tentar passar um texto mínimo da reforma. O deputado Arthur Maia (PPS-BA) deve apresentar nesta semana uma nova proposta de reforma, mais enxuta, mantendo apenas pontos essenciais da mudança nas aposentadorias, como idade mínima e igualdade entre servidores públicos e privados.

"O discurso do governo mudou um pouco. Na terça, a gente amanheceu com o [presidente Michel] Temer largando no colo do Congresso e da sociedade a responsabilidade pela não aprovação da reforma. Nesta quarta, o quadro mudou um pouco, com o discurso de votar até o final do ano", afirma Alvaro Bandeira, economista-chefe do home broker Modalmais.

Para ele, mesmo que diluído, o efeito da aprovação seria suficiente para melhorar a confiança dos investidores no Brasil e no governo.

A melhora do humor no mercado foi generalizada e se intensificou após a notícia de que o Ministério Público Federal denunciou o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega no âmbito da operação Zelotes.

Os papéis da Petrobras subiram mais de 2%, apesar da queda dos preços do petróleo no exterior. As ações mais negociadas da estatal avançaram 2,73%, para R\$ 16,95. Os papéis que dão direito a voto tiveram ganho de 2,72%, para R\$ 17,74.

As ações da Vale também terminaram o dia no azul, mesmo com a desvalorização de 0,64% do minério de ferro. As ações ordinárias da mineradora subiram 1,25%, para R\$ 33,94. Os papéis preferenciais avançaram 0,96%, para R\$ 31,45.

A maior alta foi registrada pelos papéis da Marfrig, que subiram 11,02%. A Usiminas se valorizou 8,02%. Só três das 59 ações fecharam em baixa: Embraer (-0,98%), Cielo (-0,30%) e Taesa (-0,25%).

No setor financeiro, as ações do Itaú Unibanco subiram 3,65%. Os papéis preferenciais do Bradesco tiveram alta de 3,63%. As ações ordinárias do banco tiveram avanço de 2,73%. As ações do Banco do Brasil se valorizaram 5,24%. As units -conjunto de ações- do Santander Brasil fecharam com valorização de 4,59%.

DÓLAR

No mercado cambial, o dólar perdeu força em relação ao real, acompanhando enfraquecimento registrado também em relação a outras divisas. Entre as 31 principais moedas do mundo, o dólar enfraqueceu ante 23.

A valorização do real também refletiu uma maior confiança dos investidores em relação aos esforços do governo pela aprovação da reforma. Mas houve também um componente externo, em meio a preocupações sobre um potencial adiamento da reforma tributária do presidente americano, Donald Trump.

O presidente da Câmara dos Deputados, Paul Ryan, sinalizou quarta que pode haver um possível adiamento na implementação da reforma tributária.

O CDS recuou 0,64%, para 176,6 pontos.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados tiveram dia de queda. O DI para janeiro de 2018 recuou de 7,206% para 7,199%. A taxa para janeiro de 2019 caiu de 7,290% para 7,240%.

Tarifa pode subir até 3% com venda da Eletrobrás

09/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O processo de privatização da Eletrobrás terá impacto entre 2,42% e 3,34% nas tarifas de energias pagas pelo consumidor, aponta um estudo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A análise foi realizada a pedido do Ministério de Minas e Energia (MME), com base em algumas das premissas que o governo vai adotar na reforma do setor elétrico.

Esse impacto considera que toda a energia produzida por 14 hidrelétricas da companhia – hoje remunerada pelo custo – passará a ser vendida a R\$ 250 por megawatt-hora (MWh), um modelo que tem sido chamado de “descotização”. Essas usinas têm garantia de cerca de 8 mil MW.

O Ministério de Minas e Energia quer que essa transição ocorra em três anos. Um terço da energia seria descotizada em 2019, um terço em 2020 e um terço em 2021. Nos cenários analisados pela Aneel, há estimativas que consideram que a energia seria comercializada a R\$ 150 e a R\$ 200 por MWh, em que o impacto tarifário seria menor.

O Estadão/Broadcast apurou, no entanto, que o efeito tarifário pode ser ainda menor, pois o estudo levou em consideração o risco hidrológico médio do setor, e não o atual, que está em um nível muito elevado. Risco hidrológico é o aumento do custo de geração de energia por causa de períodos de seca.

Além disso, a disputa nos leilões de energia poder reduzir ainda mais o impacto ao consumidor.

Em agosto, a Aneel havia estimado um impacto bem mais alto para a descotização da energia das usinas da Eletrobrás, de até 16,7%. Na época, a agência reguladora ainda não havia recebido o detalhamento da proposta do MME e considerava que o processo seria feito de uma só vez, em 2018, e não em três anos, entre 2019 e 2021.

O estudo considera também as mudanças nas tarifas de transmissão, que passarão por revisão tarifária, a privatização das transmissoras da Eletrobrás e o pagamento de indenizações para essas empresas.

Também foi levado em conta no levantamento o repasse de recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que vai amortecer os custos tarifários e a redução das transferências do fundo para a distribuidora da Eletrobrás no Amazonas, após a privatização da empresa.

Queda

Considerando só o ano de 2019, a descotização da energia das usinas da Eletrobrás deve reduzir as tarifas de energia pagas pelo consumidor. A estimativa da Aneel é que o efeito fique entre -0,56% e -1,48%.

Outro efeito que a privatização da Eletrobrás pode gerar uma receita anual de até R\$ 2 bilhões para os consumidores. A estimativa mais conservadora do Ministério de Minas e Energia prevê que a entrada de recursos seja da ordem de R\$ 800 milhões.

A Aneel estima que esses valores podem gerar reduções tarifárias médias de 0,61% a 1,11%. A simulação considera o orçamento aprovado para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial que paga programas sociais e subsídios do setor elétrico.

Esse fundo é abastecido por meio de uma taxa que onera a conta de luz de todos os consumidores do País. Para este ano, o orçamento aprovado foi de R\$ 15,010 bilhões. Com a injeção extra de R\$ 800 milhões, a taxa cobrada dos consumidores seria menor e teria um efeito redutor de 0,61% nas tarifas, em média. Se o valor fosse de R\$ 2 bilhões, a queda média seria de 1,11%.

FGV: IPC-S acelera em 5 das 7 capitais avaliadas na 1ª quadrissemana de novembro

09/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) acelerou em cinco das sete capitais analisadas na primeira quadrissemana de novembro na comparação com a leitura imediatamente anterior, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) na manhã desta quinta-feira (9). O IPC-S subiu de 0,33% para 0,36% no período.

As cidades que registraram acréscimo nas taxas foram Salvador (0,20% para 0,37%), Brasília (0,21% para 0,26%), Recife (0,22% para 0,23%), Rio de Janeiro (0,12% para 0,17%) e Porto Alegre (0,51% para 0,65%).

Em contrapartida, Belo Horizonte (0,44% para 0,37%) e São Paulo (0,43% para 0,37%) apresentaram desaceleração na passagem da última quadrissemana de outubro para a primeira de novembro.

Camex adia decisão sobre antidumping nas importações de laminados de aço

09/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) adiou para janeiro de 2018 a decisão sobre a aplicação de antidumping na importação de laminados de aço, como informou mais cedo o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

A Câmara divulgou nota nesta noite de quarta-feira, 8, informando que os ministros resolveram dar um último prazo para que fosse possível colher mais informações sobre o impacto que a sobretaxa na compra do produto do exterior teria na cadeia produtiva e na inflação.

Análise do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) constatou que há dumping (venda do produto importado a preços inferiores ao do mercado de origem) e dano à indústria local.

No entanto, as indústrias que utilizam o aço pediram para o governo não aplicar o direito antidumping, que corresponde a uma sobretaxa cobrada na importação, para evitar impacto nos preços dos produtos finais.

Produção de veículos sobe 42% em outubro em comparação com 2016

09/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A produção brasileira de veículos em outubro subiu 5,3% ante setembro e avançou 42,2% na comparação com o mesmo mês de 2016, para 249,9 mil unidades, informou a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) nesta quarta-feira.

As vendas de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus novos no país no mês passado somaram 202.857 unidades, crescimentos de 1,8% na comparação mensal e de 27,6% na relação anual.

As exportações subiram 66,6% ante outubro do ano anterior, devido à forte demanda de países como a Argentina.

"Os mercados que são nossos clientes estão com desempenho bom, então a gente acredita que vai atingir a meta. Temos tudo para chegar ao total de 745 mil unidades", disse o presidente da Anfavea, Antonio Megale, se referindo à projeção de vendas externas do setor neste ano.

Apesar da percepção de uma melhora no ambiente de negócios, especialmente no segundo semestre, a entidade demonstra preocupação com o cenário político e a continuidade da agenda de reformas, que vê como necessária para o crescimento da economia.

"Nós achamos que as reformas são fundamentais. A queda na inflação, da taxa de juros, o teto dos gastos, tudo isso é fundamental para que o país continue evoluindo. Agora, a gente vê com preocupação o encaminhamento da reforma da previdência", disse Megale.

A Anfavea ainda não concluiu análise para fazer projeções sobre produção de veículos em 2018, mas acredita em crescimento "da ordem de dois dígitos", disse Megale. No ano até o fim de outubro, a produção acumula crescimento de 28,5%.

Anfavea vê sinais de retomada, mas se preocupa com reforma da Previdência

09/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) afirmou que a indústria observa os primeiros sinais de recuperação, mas afirmou que vê com preocupação o andamento da reforma da Previdência.

"A não aprovação da reforma pode atrapalhar investimentos no País todo se os agentes econômicos avaliarem que o País tem maior dificuldade de fazer seus ajustes de contas. As decisões de investimento podem ser comprometidas mais à frente", disse em coletiva de imprensa após a apresentação dos dados de outubro.

Megale afirmou que a Anfavea está esperando algum desfecho dessa situação para definir suas projeções para 2018. "Estamos vendo movimentação do Congresso para apoio das reformas. Sem avanço das reformas, isso pode prejudicar desenvolvimento do País", reforça. Mas ele completou que o crescimento da produção no ano que vem deve ser maior que a de 2016, "chegando próximo dos dois dígitos".

Para este ano, a Anfavea não alterou suas previsões. Para a produção de veículos, espera 2,7 milhões, aumento de 25,2% ante 2016. No caso das vendas internas, a projeção é de 2,2 milhões este ano, o que representará alta de 7,3% em relação ao ano passado. Já para a exportação, a expectativa é de 745 mil unidades, elevação de 43,3% ante 2016 e, segundo Megale, será um recorde histórico.

No caso da reforma trabalhista, o presidente da Anfavea elogiou a medida e disse que a principal mudança para o setor é a maior segurança jurídica para negociar com os sindicatos. Segundo ele, mesmo acordos que beneficiam também os empregados são questionados na Justiça. "Há outras mudanças que estão em fase de avaliação, mas sobre esse ponto já temos segurança a partir do dia 11."

Megale também afirmou que a queda de ações trabalhistas possibilitadas por esse novo instrumento também dará maior confiança ao empresário para contratações, estimulando-as.

Rota 2030

Megale afirmou que a expectativa é que a legislação do Rota 2030, novo regime automotivo que deverá suceder o Programa Inovar-Auto, deve ser publicada até o fim do ano. O Inovar-Auto se encerra em 31 de dezembro. Contudo, Megale avaliou que essa legislação será somente um primeiro esboço e que a indústria continuará a debater outros pontos, principalmente de logística e infraestrutura.

"O Rota 20310 vem trazer uma política de longo prazo, mas entendemos que a medida provisória deve ser um primeiro esboço. Vamos continuar trabalhando em questões setoriais", disse ele em coletiva após a apresentação dos dados do setor de outubro.

Segundo Megale, no novo programa, a sobretaxa do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) deve ser de 10% a 15%, enquanto no Inovar-Auto era 30%.

Depois, se as montadoras cumprirem algumas metas de eficiência energética e de segurança, por exemplo, segundo Megale, podem obter descontos sobre essa taxa.

Exportação

Megale mostra otimismo com as exportações do setor, que, no acumulado do ano, chegaram a 627,8 mil unidades e devem alcançar um recorde em 2017, segundo a

estimativa de 745 mil unidades embarcadas da associação. Contudo, o presidente da Anfavea diz que há uma preocupação sobre a retenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por parte dos governos estaduais, principalmente de São Paulo. Megale avalia que, caso esses recursos não sejam devolvidos às montadoras, poderá haver desestímulo à exportação.

Ele explica que as empresas pagam o imposto quando compram peças para a produção, mas, como a exportação é isenta, devem ter esses valores devolvidos.

Contudo, segundo ele, o Estado de São Paulo mantém cerca de R\$ 6 bilhões retidos da indústria. "Isso é uma coisa preocupante. Se a indústria não tem perspectiva de receber tem que contabilizar esses créditos como prejuízo, o que pode ser uma desestímulo à exportação", disse Megale, que informou que a Anfavea está em tratativas com o governo estadual e que espera resolução até o fim do ano.

Musk passa as madrugadas na fábrica da Tesla por causa de atrasos na linha de produção

09/11/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Montadora prometeu entregar 1,5 mil unidades do Model 3 até setembro, mas só conseguiu fabricar 260 unidades devido a problemas com a bateria



Jasper Juinen/Bloomberg

Se a Tesla decepcionou o mercado após anunciar que fabricou somente 260 unidades do seu carro elétrico popular no terceiro trimestre deste ano, o CEO e fundador da companhia, Elon Musk, já avisou que está - literalmente - dormindo nas fábricas para tentar resolver o problema.

Ele afirmou que, durante as últimas quatro semanas, passou as noites a as madrugadas nas linhas de produção da montadora e que dorme por lá, quando necessário. "Eu me mudo para onde estão os maiores problemas da Tesla", afirmou, enquanto conversava por teleconferência com investidores da sua fábrica de baterias, em Nevada, nos Estados Unidos.

A Tesla anunciou no ano passado o seu modelo de carro elétrico popular, o Model 3, um sedã de US\$ 35 mil, metade do preço do Model S, seu esportivo de luxo. A empresa começou a produzir em julho sua grande aposta para popularizar os carros elétricos nos Estados Unidos e prometeu que fabricaria 1,5 mil unidades até setembro e que seria capaz de produzir 5 mil por semana até o fim deste ano.



Model 3, modelo de carro elétrico popular da TeslaTesla/Bloomberg

Mas as expectativas não foram atendidas. De julho a setembro, a Tesla produziu somente 260 unidades do Model 3, devido a problemas na sua fábrica de montagem

na Califórnia e na sua unidade de baterias, em Nevada. E, apesar de relatórios anteriores terem indicado que a linha de montagem da Califórnia estava atrasando toda a produção, o grande cerne do problema está mesmo na Gigafactory, a fábrica de baterias da Tesla, o que afeta também outros produtos da empresa, como seu telhado solar.

Musk afirmou a investidores que passou as últimas quatro semanas trabalhando dia e noite na fábrica de baterias, o principal gargalo na linha de produção. "Eu realmente me sinto muito otimista agora", disse o CEO da Tesla durante teleconferência. "Mas se você tivesse falado comigo há três semanas, eu teria sido bastante pessimista", completou o empresário.

Ele, porém, não detalhou o que está atrasando a produção das baterias e apenas confirma que há gargalos na unidade e que os melhores engenheiros da companhia foram levados para a Gigafactory para tentar automatizar o processo de fabricação. Em nota, a Tesla diz, apenas, que "não há problemas fundamentais com a cadeia de produção ou fornecimento do Model 3" e que os funcionários da empresa sabem "o que precisa ser consertado".

Atraso na produção leva Tesla do lucro ao prejuízo

Segundo a Tesla, o Model 3 recebeu 500 mil reservas e, por isso, muitos especialistas acreditam que o modelo popular é a chave para a rentabilidade de longo prazo da empresa. Mas, com a produção emperrada, a companhia acabou saindo do lucro e indo para o prejuízo. A empresa teve perdas US\$ 671,1 milhões no terceiro trimestre deste ano, ante lucro de US\$ 21,9 milhões no mesmo período do ano anterior.

"As pessoas que têm reserva do Model 3 podem não ficar entusiasmadas com o fato de terem que aguardar mais tempo do que pensavam para ter o seu veículo, mas provavelmente não cancelarão suas encomendas em massa", afirmou Jessica Caldwell, especialista em indústria automotiva. "O lucro não significa nada para as empresas que estão criando novas indústrias", disse. "Eles estão aprendendo com suas falhas e são muito rápidos em superar os problemas."

Só que enquanto isso não acontece, a Tesla precisou rever suas expectativas. Musk afirmou que a meta de fazer 5 mil unidades por semana do Model 3 deve acontecer até março de 2018, e não dezembro deste ano, como estava previsto. Musk também se esquivou de uma projeção feita há três meses que a Tesla seria capaz de produzir 10 mil unidades por semana o seu modelo sedã popular em algum momento do próximo ano.

Máquinas crescem apenas 4,4% no acumulado do ano

09/11/2017 – Fonte: Automotive Business



A venda interna de **máquinas agrícolas e rodoviárias** no acumulado até outubro somou 37,5 mil unidades e registra alta de apenas 4,4% sobre o mesmo período de 2016, um ano bastante fraco.

O segmento havia crescido mais de 20% no primeiro semestre, mas essa alta vem regredindo mês a mês por causa do confronto com os meses da segunda metade do ano passado. Isso ocorre porque o setor de máquinas começou a se recuperar antes do restante da indústria automotiva. Como exemplo, outubro de 2017 anotou 3,9 mil

máquinas e ficou 20,9% abaixo do mesmo mês do ano anterior.

Ainda é possível que o setor cresça este ano e supere as 43,7 mil unidades vendidas no Brasil no ano passado, mas parece pouco provável que alcance a projeção de 46,7 mil máquinas feita pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Os tratores de rodas representam a maior fatia do segmento de máquinas e tiveram no acumulado do ano 31,8 mil unidades entregues, anotando alta de 6,4% sobre os mesmos dez meses do ano passado.

As colheitadeiras de grãos tiveram 3,3 mil unidades repassadas das fábricas para as concessionárias e ainda registram no acumulado do ano uma pequena alta de 3,2%. Já as retroscavadeiras tiveram apenas 968 unidades entregues no período, o que resulta em queda de 7,3% ante iguais meses de 2016. O motivo é a falta de novas obras de infraestrutura no País.

EXPORTAÇÕES

As exportações de máquinas agrícolas atingiram no acumulado do ano US\$ 2,43 bilhões. “Esse valor está acima da média dos últimos dez anos”, comemora o presidente da Anfavea, Antonio Megale.

Em unidades foram embarcadas 11,4 mil máquinas agrícolas e rodoviárias nos dez meses, revelando acréscimo de 44,5% sobre o mesmo período de 2016. “Os mercados estão compradores e o câmbio nos favorece”, recorda Megale. A projeção anual de 12,9 mil unidades exportadas poderá ser superada em cerca de mil unidades.

Os dados da Anfavea mostram que a falta de compradores no mercado interno fez o Brasil exportar suas máquinas de construção nestes dez meses. Foram 1,9 mil retroscavadeiras (alta de 36,3% sobre igual período de 2016) e 1,4 mil tratores de esteiras (acrécimo de 67,1%).

PRODUÇÃO CRESCE 13,5%

A produção de máquinas até outubro chegou a 48,6 mil unidades e anotou alta de 13,5% sobre o mesmo período do ano passado. Assim como no mercado interno, o maior volume é o de tratores de rodas. Eles somam 38,2 mil unidades e tiveram alta de 11,3%.

São seguidos pelas colheitadeiras, 4,6 mil no período, crescimento de 32,2%. A produção anual vai superar as 54 mil máquinas agrícolas de 2016, mas deve ficar aquém das 59,6 mil unidades projetadas pela Anfavea.

Mobilidade como serviço é o novo negócio da indústria automotiva

09/11/2017 – Fonte: Automotive Business



Enquanto tateia para entender seu papel diante de tantas transformações, a indústria automotiva parece ter chegado a um consenso com startups e fornecedores de tecnologia: o negócio do futuro não é vender carros, mas entregar mobilidade como serviço. O desafio está em entender quais são as soluções mais promissoras para o

consumidor. A vantagem, por outro lado, é que este modelo garantirá receitas recorrentes, não só o faturamento pontual com a venda do veículo. “Com esta abordagem as empresas podem interagir com o cliente constantemente, monetizar serviços, aumentar resultados no pós-venda e, principalmente, fidelizar clientes”, defende Alexandre Guimarães, diretor de elétrica e eletrônica da General Motors no Brasil.

O executivo participou de painel no Congresso SAE Brasil 2017, que acontece até quinta-feira, 9, em São Paulo (SP). No evento ele apresentou os bons resultados da bem sucedida experiência local da companhia com a oferta de outras soluções e serviços. “No exterior temos duas marcas ligadas à mobilidade, a Lyft, concorrente da Uber, e a Maven, de carros compartilhados”, diz, contanto que a companhia testa esta última no Brasil, mas por enquanto apenas com funcionários da fábrica de São Caetano do Sul, no ABC Paulista.

“O carro particular fica, em média, apenas 5% do tempo em uso. Conseguimos subir esse número para 24% com o compartilhamento, mas ainda dá para melhorar”, diz, comentando as primeiras conclusões da experiência.

Segundo Guimarães, apenas com investimento em serviços a indústria automotiva será capaz de sobreviver em um ambiente em que o carro já não é mais objeto de desejo. “Precisamos ser capazes de reconhecer que as pessoas já não querem mais ter um automóvel como antes”, conta. O executivo lembra que, globalmente, a classe média está em expansão. Este movimento deve puxar a demanda por veículos por alguns anos, mas no longo prazo a tendência é de redução.

Enquanto engatinha com a oferta da Maven localmente, a General Motors tem experiência mais consistente com a oferta do sistema de conectividade OnStar, que já conta com 195 mil usuários no País que pagam assinatura mensal para contar com os recursos como localização, chamada de emergência e concierge inclusos no pacote. Guimarães diz que a maior conquista da companhia com a comodidade é a proximidade com o cliente, que acessa a empresa pelo aplicativo no celular ou por um botão no carro.

RECEITA RECORRENTE

Sérgio Luis Reis, diretor da área industrial da IBM, lembra que as montadoras precisam construir agora o relacionamento que vai garantir o futuro do negócio. “Vemos muitas empresas serem atropeladas por concorrentes com a mudança completa de alguns mercados. Com serviços, as empresas garantem um faturamento recorrente”, destacou. A empresa é parceira da General Motors na oferta do OnStar.

O executivo destaca, no entanto, que há uma série de outras possibilidades para as soluções IBM na indústria automotiva. “Estamos desenvolvendo com uma montadora no Brasil um manual digital para o carro, que funcionará com o Watson”, diz, citando o sistema de inteligência cognitiva da companhia.

Enquanto as montadoras atualizam seu formato de atendimento, há uma série de jovens empresas que já acumulam grande experiência no desafio de melhorar a jornada do cliente. Uma delas é a Zazcar, que também participou do debate no Congresso SAE. “Enfrentamos uma série de desafios para garantir que tudo funcione pelo aplicativo e rode de forma digital”, conta Bernardo Mazzino, CEO da empresa. Parece que a empresa tem sido bem sucedida nesta evolução: o cliente pode até mesmo destravar a porta do carro que vai usar pelo sistema on-line desenvolvido pela startup.

Caminhões pesados vão puxar setor para cima

09/11/2017 – Fonte: Automotive Business



A recuperação dos **caminhões** começou pelos modelos **pesados**. Desde o acumulado até agosto o segmento já havia passado para o positivo, anotando um sopro de alta de 0,8% sobre iguais meses de 2016. Com os licenciamentos até outubro esses modelos somam agora 14,5 mil unidades e acréscimo de 14,2% sobre igual período do ano passado.

“Eles vão puxar os demais segmentos, que ainda registram queda, mas ela vem diminuindo. Esperamos alta agora dos modelos médios e semipesados, mas isso vai depender do comércio de varejo”, afirma Luiz Carlos Moraes, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O mercado total de caminhões registrou no acumulado até outubro 40,4 mil unidades, mostrando que ainda persiste uma queda de 4,5% no setor como um todo. No entanto, outubro teve 5 mil unidades licenciadas e foi o melhor mês desde dezembro de 2015.

“Esperamos até o fim de 2017 superar os números do ano passado”, afirma Antonio Megale, presidente da entidade, que projeta pouco mais de 50 mil unidades até o fim do ano. O executivo ressaltou o bom ambiente sentido dentro da Fenatran, salão de transporte de cargas que este ano ocorreu pela primeira vez no São Paulo Expo. “O local é comparável ao de outros grandes eventos mundiais e houve fechamento de negócios por todos os fabricantes. Isso vai se refletir nos emplacamentos nos próximos meses”, garante Megale.

MERCADO EXTERNO CRESCE 41%

As exportações de caminhões alcançaram no acumulado do ano 23,8 mil unidades, registrando alta de 41% sobre o mesmo período do ano passado. O maior volume vendido ao exterior é o de semipesados, com 8,8 mil veículos e alta de 89,4% sobre o mesmo período de 2016. Em seguida vêm os pesados, com 8,2 mil embarques e crescimento de 25,5%.

“As exportações são positivas porque também favorecem os fabricantes locais de autopeças e mostram que nosso produto é competitivo. Vendemos não só para a Argentina, mas também para mercados como o Chile, que compra veículos do mundo inteiro. E somente para a Rússia já enviamos este ano 2.249 unidades, o que mostra que nosso produto está chegando a mercados não tão convencionais”, diz Megale.

PRODUÇÃO

Ajudada pelas vendas externas, a produção de caminhões no País cresceu 31,9% ao registrar 67,3 mil unidades no acumulado do ano. O maior volume é o de pesados: 26 mil unidades no período e crescimento de 48,9% sobre os mesmos dez meses de 2016. A maior alta ocorre para os caminhões médios, 86,2%. Resulta da montagem de 5,5 mil unidades durante o ano.

PERSISTE A QUEDA NAS VENDAS DE ÔNIBUS

De janeiro a outubro foram emplacados no Brasil apenas 9,4 mil ônibus, volume 4,4%

menor que o anotado em iguais meses de 2016. No começo do segundo semestre as montadoras ainda apostavam em grandes licitações como a da cidade de São Paulo, o que não ocorreu. E a demora para aprovação de linhas como o Refrota (anunciado em dezembro do ano passado) também impediu a recuperação do segmento.

As exportações no acumulado até outubro somaram 7,7 mil unidades, registrando pequena queda de 4,7%. A retração ocorre porque 2016 já havia sido um bom ano para os embarques desse tipo de veículo. Os modelos urbanos responderam por 5 mil unidades exportadas. A Colômbia é um grande comprador de ônibus brasileiros e um acordo comercial com o país deve entrar em vigor no início de dezembro, o que certamente vai favorecer novos negócios.

A produção total no acumulado do ano somou 17,7 mil unidades e alta de 9,6% sobre o mesmo período do ano passado. Os urbanos representam 13,6 mil do total e cresceram 11,6% sobre o mesmo período de 2016.

Renault planeja dobrar vendas na AL

09/11/2017 – Fonte: Automotive Business



Dentro do plano estratégico "Drive the Future" divulgado mês passado pela **Renault** com objetivos traçados até 2022 (leia [aqui](#)), a região **Américas**, que inclui o Brasil, terá a missão de quase duplicar as vendas do nível de 356 mil veículos em 2016 para mais de 600 mil nos próximos cinco anos, fazer o lucro operacional regional crescer três vezes, avançar a participação no mercado brasileiro dos atuais 7,8% (resultado acumulado até outubro de 2017) para 10% e estar entre as três marcas mais vendidas da Argentina e Colômbia. Com isso, a América Latina deverá contribuir com 20% do crescimento nos volumes globais do Grupo Renault, que espera aumentar as vendas de 3,5 milhões em 2016 para 5 milhões até 2022 (considerando as marcas Renault, Dacia, Lada e Samsung).

"Os níveis de motorização na maior parte dos países latino-americanos são baixos, cerca de metade dos países desenvolvidos. Existe apetite por carros na América Latina e nós temos confiança que este mercado vai crescer sustentavelmente nos próximos anos", avalia Olivier Murguet, presidente da Renault Américas, que na quarta-feira, 8, divulgou os objetivos regionais do plano "Drive the Future".

"Por isso preparamos aqui uma ofensiva de lançamentos sem precedentes, com mais de 95% dos produtos feitos em nossas fábricas no Brasil, na Argentina e na Colômbia", destacou.

Para alcançar os objetivos nas Américas, será fundamental o bom desempenho no Brasil, hoje responsável por 47% das vendas na região e que deverá responder por metade da meta de vender mais de 600 mil unidades até 2022.

A Renault espera que nesses próximos cinco anos o mercado brasileiro volte a superar o nível de 3 milhões de veículos/ano. Com isso, se for confirmado o desejo de obter 10% de participação, significará vender 300 mil carros/ano no País, exatamente o dobro dos 150 mil de 2016.

“Com os investimentos que fizemos (R\$ 2 bilhões de 2011 a 2017) pudemos renovar a gama de produtos com Oroch, Captur e Kwid, lançamos novos motores. Estamos em boa posição para a relargada do mercado”, afirma Luiz Pedrucci, presidente da Renault Brasil.

“Trabalhamos com uma projeção conservadora para o Brasil tendo em vista que este mercado chegou a 3,8 milhões há não muito tempo atrás”, lembra Murguet. Ele espera que o índice de motorização no País, de 293 veículos por mil habitantes, deverá crescer de 15% a 20% até 2022.

Para o executivo, a Renault tem agora a linha de produtos ideal para alcançar seus objetivos na região, considerando cinco veículos de passageiros (Sandero, Logan, Duster, Captur e Kwid) e quatro comerciais leves (Master, Kangoo, Oroch e a picape média Alaskan a ser lançada no Brasil só no fim de 2018).

“Começamos a produzir no Brasil há quase 20 anos os mesmos modelos que vendíamos na França [caso do Clio e Scenic], mas nenhum deles pagou a conta ou deu à Renault a projeção que a marca precisava. Tivemos mais de 10 anos de prejuízos e precisamos nos adaptar com produtos desenhados exclusivamente para o mercado local. Um bom exemplo disso hoje é o sucesso do Kwid”, explica.

Murguet afirma que a Renault não desistiu de explorar no Brasil e na região segmentos de mercado de maior valor agregado, com produtos melhor acabados e mais tecnologia. “Vamos agora dedicar nossos esforços ao portfólio atual, demoramos muito tempo para encontrar uma fórmula de rentabilidade aqui e não queremos estragar essa conquista. Depois, pouco a pouco, com cuidado, poderemos entrar em mais segmentos”, diz.

RITMO ACELERADO

Com a gama atual de produtos, a maior parte das fábricas na região está perto do limite da capacidade.

No Brasil, graças ao sucesso inicial de vendas do Kwid, com 17 mil emplacamentos desde o lançamento em agosto passado e produção vendida até o fim deste ano, a linha de veículos leves em São José dos Pinhais (PR) opera em três turnos e no mesmo local a unidade de comerciais leves produz em dois turnos a van Master, líder de mercado no Brasil.

A planta da Colômbia também trabalha em três turnos porque começa a abastecer a Argentina com o Duster, para aliviar a fábrica brasileira que precisa produzir mais Kwid – inclusive para exportar ao mercado argentino onde o carro está sendo lançado este mês.

Na Argentina a produção de Sandero acontece em um turno e meio, mas lá a fábrica este ano deixou de produzir sedã Fluence (que não terá substituto) e está sendo preparada para fazer as picapes médias Nissan Frontier, Renault Alaskan e Mercedes-Benz Classe X.

“Temos boa flexibilidade para fazer diversos produtos nas fábricas da região e temos boa presença em países que estão fazendo acordos de livre comércio, o que deve dar impulso adicional às vendas”, avalia Murguet. Ele destaca também a capacidade regional de desenvolvimento de produtos, que conta com 900 engenheiros, a maioria deles localizada no Brasil, “com vocação para desenvolver design local e global”, diz.

Here quer digitalizar todas as vias do mundo

09/11/2017 – Fonte: Automotive Business



A **Here** tem um trabalho e tanto pela frente: a construção do Reality Index, uma espécie de maquete virtual do mundo real, um mapa completo feito a partir de informações colhidas de veículos, smartphones e qualquer outro dispositivo conectado, além de dados públicos, de tráfego ou encontrados on-line. É tudo combinado e integrado à plataforma da companhia.

“O Google indexou toda a internet, a Amazon indexou tudo o que você pode comprar. Nós queremos indexar o mundo físico”, almeja Michael Hirsch, diretor global de produtos técnicos da empresa.

Fornecedora de 80% dos mapas de navegação usados em veículos globalmente, a Here quer ir além e se transformar em uma empresa de soluções para a mobilidade. Assim, a companhia converge para a direção em que toda a indústria automotiva está olhando: o carro autônomo, a conectividade e a oferta de serviços, não só de produtos.

Hirsch acredita que a chave para tornar os veículos autoguiados reais está em garantir informações tão detalhadas do mundo físico que permita ao sistema automatizado não apenas ler o entorno do veículo, mas conhecê-lo a ponto de prever o que está por vir.

“É a diferença entre você dirigir por um caminho familiar em boas condições ou precisar conduzir o carro por estrada desconhecida em uma noite chuvosa. Vamos dar condições para que seja possível saber o que esperar”, compara.

O executivo diz que o Reality Index oferecerá um conjunto tão complexo de informações que será indecifrável a olho nu e inteligível apenas aos sistemas inteligentes dos veículos, com dados detalhados do entorno do carro, potencial para localizar pontos de interesse móveis e coordenadas atualizados em tempo real conforme as condições viárias. “Nossa meta é coletar o máximo possível de informações do mundo real para poder entregar o que for necessário.”

SISTEMA CROWDSOURCING

Em 2016 a Here investiu 650 milhões de euros no desenvolvimento de novas tecnologias e na ampliação de sua presença global. No começo deste ano, de tão promissor, o negócio que pertencia à Nokia acabou comprado pelas alemãs Audi, BMW e Daimler, que investiram US\$ 3 bilhões no empreendimento.

“Com a aquisição, a direção que pretendemos seguir não mudou, mas ficaram mais claros os passos que precisamos dar para chegar lá”, diz Hirsch, sem dar mais detalhes.

A plataforma da companhia é uma construção orgânica que vai contar fortemente com as informações obtidas pelos carros em circulação equipados com sistema Here. A companhia calcula ter 100 milhões de veículos em rodando no mundo com suas tecnologias, mas nem todos são conectados e capazes de contribuir com a plataforma crowdsourcing.

Ainda assim, não será difícil abastecer o Reality Index com informações confiáveis. A Here estima que, até 2020, o mundo contará com 200 bilhões de dispositivos conectados à internet, um mar de dados para a empresa. "As coisas não são estáticas. O cenário está em transformação e precisamos nos adaptar a isso", resume Hirsch.

Exportações recorde passam dos 627 mil veículos

09/11/2017 – Fonte: Automotive Business



As **exportações de veículos** atingem mais um **recorde** para o período acumulado de janeiro a outubro, com 627,8 mil unidades embarcadas, aumento expressivo de 56,7% sobre o volume verificado em iguais meses de 2016, quando a indústria enviou pouco mais de 400 mil veículos ao exterior. Os dados foram divulgados pela associação das fabricantes, a Anfavea, na quarta-feira, 8. Com este total, a entidade confirma que 2017 será o melhor ano para as exportações.

"Os mercados compradores estão com bom desempenho, com destaque para a Argentina. Vamos chegar aos 745 mil projetados para o ano", afirma Antonio Megale, presidente da Anfavea, durante a apresentação do balanço da indústria à imprensa em São Paulo.

Ele observa que exceto em janeiro, todos os meses do ano até agora tiveram exportações acima das 60 mil unidades. "Outubro foi mais um mês muito bom, com um crescimento extraordinário sobre mesmo mês de 2016, na ordem de 66,6%, além do aumento de 2,5% sobre setembro."

Megale também reforça a importância dos acordos bilaterais com os mercados que têm ajudado o Brasil a avançar com sua participação. "Em alguns mercados nossa participação ficou abaixo de 10%, como Colômbia e Peru, e agora está ficando relevante. Havia casos de participação de 2%, 3%. No Uruguai voltamos a ter relevância após o acordo, agora estamos atendendo 60% do mercado."

Já o acordo com a Colômbia, aprovado em abril e assinado em julho, já passou pelo crivo da Aladi, Associação Latino-Americana de Integração, e segue em processo de internalização em ambos os países, segundo Megale: "A nossa previsão é de que deve entrar em vigor no início de dezembro".

Vendas internas crescem mais que o esperado

09/11/2017 – Fonte: Automotive Business



As **vendas internas** reagiram melhor do que os fabricantes esperavam neste fim de ano. Outubro teve 196,9 mil automóveis e comerciais. Foi o segundo melhor mês do ano, atrás apenas de agosto (com 210,1 mil unidades). No acumulado dos dez meses, 1,77 milhão de automóveis e comerciais leves já foram licenciados, levando a uma alta de 9,7% sobre o mesmo período de 2016.

“O resultado está 2,3 pontos percentuais acima do que prevíamos para o ano. É sempre melhor quando erramos para baixo”, afirma Antonio Megale, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O executivo ressalta que outubro teve média diária próxima a 9,5 mil emplacamentos e superou em 27,1% os 155 mil veículos leves licenciados no mesmo mês do ano passado.

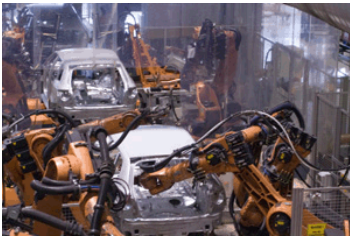
Embora a Anfavea prefira confirmar a projeção de 2,1 milhões de modelos leves para 2017, é possível imaginar 50 mil a 100 mil unidades a mais do que isso. “A confiança (na economia) começa a crescer e a inadimplência vem caindo. Também já vemos um ‘apetite’ maior dos bancos na concessão de crédito”, diz Megale.

Os números divulgados pela Anfavea também mostram aumento da participação de modelos 1.0. No acumulado até outubro eles representam 34,8% dos automóveis emplacados. Cresceram 1,6 ponto percentual em relação ao total anotado em 2016. O preço mais baixo e a estreia de modelos como o Renault Kwid, equipados somente com motor de um litro, impulsionam essa alta.

O estoque de veículos em outubro chegou a 35 dias, dois a mais que o anotado em setembro. “É um nível normal se considerarmos as vendas de fim de ano e também as paradas que ocorrerão nas fábricas”, garante Megale.

Produção de veículos avança 28,5%

09/11/2017 – Fonte: Automotive Business



A **produção de veículos** avançou 28,5% no acumulado de janeiro a outubro, quando as linhas de montagem entregaram mais de 2,23 milhões de unidades, entre leves e pesados, de acordo com balanço divulgado na quarta-feira, 8, pela Anfavea, associação das montadoras.

“Estamos caminhando para um bom ano de produção, em linha com a nossa previsão de atingir 2,7 milhões de veículos produzidos no ano”, comenta o presidente da entidade, Antonio Megale, durante a apresentação dos resultados do setor à imprensa, em São Paulo.

Em outubro, com quase 250 mil unidades, houve aumento de 5,3% sobre o resultado de setembro, que foi de 237,2 mil, e alta ainda mais expressiva de 42,2% sobre outubro de 2016, quando a indústria ainda enfrentava uma crise mais intensa e cujo volume não passou dos 176 mil veículos, considerando a soma de leves e pesados.

Ao apresentar os números da indústria, Megale destacou o efeito que a alta da produção tem causado no quesito empregos. Megale lembra que o recorde de trabalhadores afastados foi atingido em março de 2016, com 38.792 pessoas. Os dados agora mostram que em outubro o número de trabalhadores afastados de seus postos, seja por PPE (Programa de Proteção ao Emprego – antigo PSE) ou por layoff fechou em 3.528 pessoas: em setembro, este total era de 5.831.

“São 2.303 funcionários que voltaram aos seus postos, além das 1.866 novas vagas criadas pelo setor desde julho deste ano. O número de afastados está diminuindo, o

que mostra uma clara recuperação da capacidade”, afirma Megale.

O executivo acrescenta que a entidade não revisará novamente suas previsões para o ano, mantendo a projeção indicada em setembro, embora Megale admita que alguns dados estão muito próximos de superar a projeção. Para 2017, as montadoras apostam em uma produção de 2,7 milhões de veículos: se concretizado, significará crescimento de 25,2% sobre o volume de 2,15 milhões feitos em 2016.